

Disfarces públicos e desafetos privados: a cultura política do anonimato na imprensa mineira oitocentista (1823-1831)

Rodrigo Fialho Silva

Graduado em História com licenciatura curta em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases (1999); especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002); mestre em História pela Universidade Severino Sombra (2006); doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011).

fialhosilva@gmail.com

Resumo

O surgimento da imprensa mineira no início dos oitocentos se deu pela iniciativa de políticos, intelectuais e ricos comerciantes que tomaram as letras como instrumentos mobilizadores das opiniões públicas a partir de seus interesses privados. Os periódicos se tornam eficazes meios de divulgação e formação de ideias, projetos e doutrinas políticas, registrando os “traços” que vão delinear uma prática comum na imprensa da época, a publicação das correspondências assinadas por um pseudônimo. O anonimato se torna uma estratégia de manifestação das opiniões na medida em que resguarda a verdadeira identidade de quem escreve para os periódicos, configurando uma rede de “discursos cruzados” capaz de alimentar as discussões políticas cotidianas. Assim, percebe-se a existência de elementos discursivos formadores de uma “cultura política do anonimato”, pautada na participação de diversos atores sociais no espaço público mineiro.

Palavras-Chave: cultura política, imprensa, Minas Gerais

1 Relações entre política e imprensa nas Minas Gerais

“Está chegando o dia 16! A minha cara Pátria vai lançar na urna a sua sorte = feliz = desgraçada = são as palavras que as cédulas encerram! Eleitores amigos vede o que fazeis... vossa existência não esta so nas vossas pessoas; vossos filhos reclamão de vós a liberdade... se votardes mal, lançaes os ferros da ignomínia em vossa Pátria.” (ASTRO DE MINAS, 1828, p. 3).

Pelos idos de 1828, as eleições para deputados suscitaram a publicação de inúmeras correspondências nos periódicos mineiros *O Universal*, *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*. As discussões refletiam a disputa pelo poder local, além de acenar para o entendimento da imprensa periódica como agente de representação política, pois era utilizada pelos redatores para divulgar as suas variadas opiniões e a de seus correspondentes, práticas que alimentavam as discussões semanais.

Os redatores/responsáveis pelos periódicos citados eram homens conhecidos em meio à elite política e intelectual mineira, ao longo do Primeiro Reinado. Respectivamente, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Baptista Caetano d’Almeida e Luís José Dias Custódio, entre outros, estavam à frente da edição dos periódicos (SILVA, 2011). Dessa maneira, os periódicos podem ser entendidos como um repertório das conveniências pessoais daqueles que se interessavam pelas relações políticas, centralizando, por assim dizer, suas atenções sobre as discussões legislativas, acompanhando os rumos das instituições políticas no Brasil, recém-independente. (SLEMIAN, 2007).

Dessa maneira, o autor anônimo da epígrafe escreveu ao redator do *Astro de Minas* pedindo que suas palavras fossem publicadas antes das eleições, marcadas para o dia dezesseis de novembro de 1828. Pedido aceito, *O Astro de Minas* lança seus escritos à prensa com antecedência e as tornam públicas três dias antes do início do pleito. De acordo com o correspondente anônimo, diferentes listas indicando e propagandeando nomes dos possíveis deputados estavam circulando pela província. As listas estavam causando discórdia entre os mineiros de diferentes vilas e comarcas.

O correspondente anônimo se dispõe a escrever na intenção de defender algumas personalidades que, quando não estavam sendo injuriadas pelas listas, estas as ocultavam, “pois listas indignas”¹ partiam das capitais das províncias brasileiras para suas partes, reverberando maledicências e, em Minas, não foi diferente.

Uma das listas não continha o nome de Bernardo Pereira de Vasconcelos; então, alertava o anônimo, “todas as listas, que não tiverem o nome deste grande Deputado, vos devem ser suspeitas”². Explicitava que os absolutistas lançavam boatos e afirmavam, para ganharem credibilidade, que os responsáveis pela distribuição e circulação das listas eram membros do próprio governo. Dessa maneira, pedia encarecidamente ao público que examinasse, com certa prudência, os conteúdos das listas que não tivessem o nome de Vasconcelos, pois “todos inimigos da liberdade, são inimigos de Vasconcelos [...] a cabala anti-brasileira, [...] dos Déspotas, [...] trabalha fortemente para excluí-lo das presentes Eleições”³.

Vasconcelos concorreu às eleições e teve o número mais expressivo de votos para deputado para a segunda legislatura, em 1830. Observa-se que o *Astro de Minas* foi o primeiro a chamar a atenção para os rumores contra Vasconcelos, por meio da publicação de uma correspondência de um de seus leitores. Logo, *O Universal* se vale de tal correspondência para também sair em defesa do deputado eleito.

O Universal compilou do *Astro de Minas* um artigo em que o redator sanjoanense afirmava correr o rumor que a reeleição de Vasconcelos para deputado se deveu, dentre outros fatores, ao apoio incondicional dos dois periódicos. O problema não estava no apoio dos periódicos, mas sim na forma como foi cooptado para tal objetivo, o de apoiar Vasconcelos.

Dizia-se que Vasconcelos teria subornado e induzido os redatores para veicularem somente boas notícias a seu respeito, pois corria à “boca miúda” que “Sr. Vasconcellos não goza de consideração alguma nesta Província. Sua reeleição é devida

¹ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 13 nov. 1828, p. 3.

² BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 13 nov. 1828, p. 3.

³ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 13 nov. 1828, p. 4.

ao grande suborno do Astro e Universal”⁴. Embora fosse uma denúncia de inimigos políticos, teve significativa reverberação impressa.

De fato, Vasconcelos teve seus discursos publicados pelos *O Universal e Astro de Minas*. Diziam não ter problema algum ter recaído sobre os seus periódicos, o ato de ter apoiado, direta ou indiretamente, a candidatura de Vasconcelos. Os rumores também afirmavam que houve suborno entre os eleitores mineiros. Quanto a essa afirmativa, o *Astro de Minas* escreveu que, antes mesmo das eleições primárias, o “brado que se ouvia nas Minas” era o de que Vasconcelos deveria ser reeleito. Essa era a opinião de 714 eleitores, explica o *Astro de Minas*.

Não negamos, que o Universal e o Astro alguma coisa dicerão sobre Eleições, e Deputados, elogiando, ou censurando aquelles, que o merecião; e será isto soborno? Se os Eleitores Mineiros podessem ser sobornados, certamente o serão por esses, que se inculcavam emmissarios dos Agentes do Poder, e nunca pelos Redactores do Universal e do Astro, e muito menos pelo Sr. Vasconcellos que não é Ministro de Estado, Presidente &c, para poder prometter empregos, commendas, hábitos, &c, &c, &c⁵

Na citação acima é possível perceber que mencionam indiretamente o ministro Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa e aproveitam para criticar a permanência de antigos hábitos em torno da distribuição de mercês, próprias do antigo sistema político. O fato de livrar a responsabilidade do possível suborno feito pelos periódicos, o redator do *Astro de Minas* contra-argumenta, deixando perceptível que tal prática era comum aos homens que governavam e que estavam mais próximos da órbita do poder executivo, pois insinua ser comum esse procedimento entre os ministros e presidentes de província.

Certa vez, *O Pateta*⁶, correspondente do *O Universal*, perguntou-lhe se os presidentes de província deveriam tratar os membros do Conselho pelo pronome de tratamento “Excelência”. O presidente era um cargo de confiança do imperador e, por si só, deveria receber esse tratamento, mas como o Conselho era eletivo, *O Pateta* ironizava para saber em

⁴ ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. O Universal. 9 fev. 1829, p. 2.

⁵ ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. O Universal. 9 fev. 1829, p. 3.

⁶ ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. O Universal. 4 mar. 1829, p. 4.

que instância do poder da província estaria alocado o pronome de tratamento que tantos rogavam para si. Outros boatos do tipo amedrontador eram lançados a público. Tal senhor Amaral, em Ouro Preto e um cônego denominado Ignácio, na cidade de Mariana, espalhavam boatos que ecoavam na capital da província, que tropas de republicanos queriam tomar o poder⁷.

Os rumores sempre foram comuns em qualquer sociedade e faz parte dos códigos linguísticos constitutivos do discurso escrito, seja ele erudito ou popular (CARVALHO, 1998; GASPAS, 2008). De acordo com Arnaldo Contier (1979), antes do aparecimento e circulação dos primeiros periódicos, em São Paulo, “a comunicação entre os indivíduos restringia-se à divulgação dos mais diversos acontecimentos sob forma de boatos” (CONTIER, 1979, p. 45).

Em Minas, observa-se que os rumores se faziam presentes na imprensa e coexistiam com as notícias publicadas pelos redatores que empregavam o estilo oratório. O objetivo desse estilo era o convencimento dos seus leitores a respeito de problemas e assuntos da época, pois cabia à imprensa disseminar as notícias, causar os eventos e reverberar os fatos.

Ao justificarem seus discursos como “imparciais” e “verdadeiros”, por meio de uma linguagem intensamente moralizante, os redatores e os correspondentes incorporavam em seus textos os mesmos rumores transmitidos oralmente, que compunham o diálogo cotidiano. Contier (1979) chama a atenção para a função coletiva dos rumores. Ao mesmo tempo em que se manifestam individualmente, existe em torno dos rumores, julgamentos e preconceitos que eram compartilhados por determinados grupos. Para Zeidi Trindade (2005), os rumores ou as fofocas têm função de preservar certas identidades de grupos e de demarcar as diferenças entre eles.

O volume de correspondências que tiveram as eleições como tema principal impressiona não somente pela quantidade, mas, sobretudo, pelo teor polêmico. As correspondências assumiram um papel de termômetro da trama eleitoral na medida em que expressavam as opiniões dos eleitores acerca da realidade vivida

⁷ ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. O Universal. 23 mar. 1829, p. 3.

e das intencionalidades publicadas.

A Constituição propunha ainda um ritual a ser seguido para o desenrolar do processo eleitoral. No dia indicado pelas Câmaras, o pároco reuniria os habitantes na igreja matriz às 8 horas para assistir à missa do Espírito Santo, celebrada por ele. De acordo com Edgar Costa (1964), em seguida, colocavam uma mesa no corpo da Igreja, onde o presidente da Câmara tomava assento em sua cabeceira e ao seu lado direito, se posicionava o pároco, no caso, Luís José Dias Custódio. Os dois escolhiam entre os presentes, duas pessoas para secretários e mais dois para a função de escrutinadores, responsáveis por contar os votos. Os próprios atores envolvidos diretamente no processo eleitoral faziam da ocasião, um acontecimento, um conflito local, inflamando o cotidiano dos habitantes tanto da Vila de São João d'El-Rey, quanto da capital Ouro Preto. No dia sete de agosto, o ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, e o pároco Luís José Dias Custódio enviaram um ofício para a tipografia do *Astro de Minas*, contendo o edital da eleição a ser publicado.

Faltando alguns dias para a realização das eleições, o pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e responsável pelo *O Amigo da Verdade* foi atacado pelo *Astro de Minas* por meio de uma correspondência assinada com o pseudônimo de *O Despertador*, aquele que chama a atenção e desperta os homens da sonolência. Essa correspondência acusava o pároco Custódio de omitir mais de 1.500 fogos (domicílio) em sua lista. “Por causalidade, me achava na Matriz quando Custódio pediu ao seu coadjutor para afixar na porta da Matriz a lista que continha um mil e quatrocentos e oitenta fogos, e achou um absurdo”, dizia *O Despertador*⁸. Para o correspondente que despertara para o erro, faltava mais de 1.500 fogos para entrar na lista, o que somaria mais eleitores saídos por São João d'El-Rey. Acusava Custódio de ter cometido crime, ao omitir os fogos.

Uma semana depois, Custódio responde ao seu crítico no *Astro de Minas*. Sua resposta ocupou três das quatro páginas do jornal, “Bem quisera eu dispensar-me da penosa tarefa em que vou entrar,

⁸ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 12 ago. 1828, p. 3.

respondendo à correspondência do Sr. Despertador, que vi inserta no seo bem acreditado Periódico, N^o 115 que tenho à vista”⁹. Mas por se tratar de uma discussão que envolve interesse público, dizia ser prudente se justificar perante o mesmo público. A respeito do uso de pseudônimo do seu contendor, com tom de ironia pronunciava Custódio: “Triste causa é ter que lutar com a sombra; porém, enfim não há remédio vamos a ela”¹⁰.

Custódio havia afixado o resultado dia três, porém, sabendo do questionamento de algumas pessoas, conferiu com as listas dos comandantes de distritos e se certificou da existência de 1.694 fogos. No dia dez publicou esse resultado na Igreja, ficou furioso porque dois dias depois apareceu mais uma vez o “Sr. Despertador, com sua papeleta recheada de sarcarmos, de baixas, vis e infames expressões só dignas por certo da sua conduta, e caráter”¹¹. Ainda exclamava o pároco Custódio:

Sr. Despertador deixe-se da mania de ser Filósofo, e Escritor, olhe que vai perdido; não se arroje a falar em matérias, que ignora. Dou-lhe um conselho bem saudável, e vem a ser, que quando por esse seu gênio trefego e inquieto não poder conter-se em falar, ou rabiscar; o faça sempre com decência, com moderação, com prudência, e com expressões dignas do homem de bem, e não próprias de bandalho, e mariola.¹²

“Sou seu pároco”, dizia Custódio e por isso, “mesmo que estejas indignado, é minha tarefa, fazer-lhe estas reflexões”. Em seguida o *Astro de Minas* publicou um texto sem autor declarado e sem pseudônimo. O teor do texto era incisivo em reafirmar as críticas que recaíam sobre Custódio, elaboradas anteriormente pelo *O Despertador*. Registra o texto:

Está chegando o tempo das Eleições, isto he, o tempo em que a intriga, o compadresco, e o suborno apresentão-se em campo para surprehender, corromper, e combater a simplicidade, boa fé, e inexperiência dos Povos, a fim de conseguirem o colocar no Augusto Recinto da Camara electiva seos afilhados, apaniguados etc.¹³

A citação acima deixa entrever a quem o texto se direcionava, pois dizia que “Os Corcundas”¹⁴, não queriam perder a

⁹ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 19 ago. 1828, p. 2

¹⁰ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 19 ago. 1828, p. 3.

¹¹ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 19 ago. 1828, p. 4.

¹² BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 19 ago. 1828, p. 4.

¹³ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

¹⁴ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

oportunidade e nem mesmo a ocasião de “minar”¹⁵ os alicerces do “nosso Edifício Constitucional”¹⁶, e que estavam espalhando listas a seu modo para eleitores de sua “facção”¹⁷. Mesma reclamação e observação feita anteriormente pelo correspondente anônimo do *Astro de Minas*, que saiu na defesa de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Dirigia-se indiretamente a Custódio, português de nascimento e, portanto, associado ao absolutismo monárquico que tanto era evocado nas páginas do *Astro de Minas* como um mal a ser evitado e combatido (SILVA, 2011). O texto se reportava àqueles que, a seu turno, por qualquer motivo, não se enquadravam e tão menos se posicionavam perante as fileiras constitucionais. Essa associação deixa transparecer a existência de uma característica comum ao longo do Primeiro Reinado.

O antilusitanismo acompanhou as relações sociais e de convivência antes, durante e após o processo de independência do Brasil (RIBEIRO, 2002). Sendo, nessa última fase, mais explícito em função de se buscar uma identidade que explicasse quem era o povo brasileiro face à miscigenação e à dominação europeia, que, por séculos, deu o tom às questões relacionadas à identidade brasileira.

Ana Rosa Clolett da Silva (2007) aponta a existência em Minas de rixas antilusitanas advindas da formação de um sentimento patriótico despertado no contexto da independência e que se estende pelo Primeiro Reinado. Essa constatação fica nítida no caso em tela. O pároco Custódio era associado a um absolutista ao ser denominado de corcunda, pejorativamente por um adversário. No entanto, o pároco vivia no Brasil há cerca de 29 anos e se considerava um brasileiro. Nesse caso, as intrigas pautavam-se pelo lugar de origem e nascimento e não pela tênue construção de identidades entre ser brasileiro e ser português e as atribuições e posicionamentos políticos que ambas as construções carregavam em si.

Lúcia Bastos Pereira das Neves (2003) chama-nos a atenção para o uso do vocábulo corcunda. De acordo com a autora, o

¹⁵ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

¹⁶ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

¹⁷ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

termo apresentava, na época da independência, uma estreita relação com o despotismo e queria dizer aquele contrário ao constitucionalismo.

Em contrapartida, os “Liberaes” defendiam a causa contrária, apontando livremente os seus candidatos a serem votados como eleitores, pois “o direito de apresentarmos pela Imprensa não nos pode ser disputado, visto que todos os membros da grande Sociedade tem voto livre”¹⁸. Dentre os nomes indicados pelo periódico estava o de Baptista Caetano d’Almeida, e o procedimento em recomendar determinados nomes “nenhum outro fim temos senão o de concorrer para a felicidade do nosso paiz”¹⁹.

Ao escreverem “temos”, fica subentendido mais uma vez a existência de grupos que compartilhavam das mesmas ideias e que se faziam representar por meio do discurso impresso, pois raras são as vezes que se escreve na primeira pessoa. Ao justificarem a iniciativa de oferecer uma lista de dezessete “bons”²⁰ eleitores, concluíam, persuadidos, que o “Paiz”²¹ não pode ser feliz sem uma boa escolha de representantes, a qual depende de iguais bons eleitores, pois: “o bom Eleitor nomeará o bom Deputado, o bom Deputado fará boas leis, que unicamente podem fazer a felicidade da nossa Pátria”²².

O *Astro de Minas* registrou tanto os discursos oficiais de apuração e o resultado, quanto os boatos públicos que foram surgindo próximo às eleições para deputado naquele ano de 1828. De acordo com José Murilo de Carvalho (1996), nos processos eleitorais do Brasil do século XIX, era comum acontecerem fraudes e, “críticos da época não se cansavam de denunciar as falsidades de atas, a violência contra adversários, a aberta interferência do governo, a compra de votos, a motivação puramente pessoal e material dos votantes” (p. 6).

De forma pedagógica, o *Astro de Minas* reproduziu uma história que havia circulado pela Corte por meio das páginas do *Aurora Fluminense*. O diálogo entre um ancião e um

¹⁸ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

¹⁹ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

²⁰ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

²¹ BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

²² BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

jovem, ou melhor, pai e filho. O pai tratava de esclarecer para o menino alguns aspectos da vida política brasileira, representada pelas eleições.

O texto impresso traz em si uma gama de características que nos leva a crer que funcionavam como um campo essencial, em que os atritos e discordâncias pautavam os editoriais. De fato, essa marca é associada aos periódicos mineiros, por assim se apresentarem ao público leitor. Rixas, disputas, impropérios, discussões, mau uso das palavras e denúncias, compunham o repertório da imprensa mineira da década de 1820 (SILVA, 2011).

No entanto, ao analisar detidamente as correspondências, percebe-se que exatamente pelo fato de existir uma solidariedade entre os grupos de pessoas que, na órbita dos periódicos “escreviam”, é possível não identificá-las, mas traçar um perfil a partir de seus questionamentos e tomadas de opiniões, se solidarizando ou não com as questões em pauta. Daí a busca em compreender não somente as “brigas” como uma expressão de sociabilidade, mas antes a solidariedade como determinante para manter as sociabilidades impressas e, mais, definir os dois lados da disputa política local, escondida por trás dos pseudônimos.

Cecília Helena Oliveira (1984), uma das primeiras estudiosas sobre o uso de pseudônimos na imprensa periódica da época, traz valiosas contribuições sobre a prática do discurso do autor escondido. De acordo com a autora (p. 25):

[...] o anonimato permite a participação política sem implicar sanções diretas e sem comprometer a posição social do autor ou suas eventuais ligações com pessoas de prestígio, seja pelo fato de desfrutarem uma determinada condição econômica seja por ocuparem cargos administrativos importantes.

Em uma sociedade hierarquizada, em que o “status” determinava o papel social e político, não seria interessante uma exposição iminente, embora se acredite que muitos atores envolvidos diretamente com a imprensa sabiam quem estava por trás das “máscaras”. José Murilo de Carvalho (1981) afirma que o anonimato permitia aos jornalistas, que eram em sua maioria políticos, dizer na imprensa o que não podiam na tribuna da Câmara ou do Senado.

No caso específico dos discursos impressos aqui veiculados, quando se tratava de defender acusações tidas como “infundadas”, os envolvidos, na maioria homens públicos, como Baptista Caetano d’Almeida, Luís José Dias Custódio, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Bernardo Pereira de Vasconcelos, para citar os protagonistas da cena impressa, assinavam suas “inserções” na imprensa, o que torna o apontamento de José Murilo de Carvalho um tanto essencializador.

Eram recentes os trabalhos parlamentares no Brasil, e o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos criticava o despreparo de alguns deputados para a atuação na Câmara. O próprio político mineiro utiliza a imprensa, como também o fez Baptista Caetano d’Almeida, como um instrumento de mediação entre os poderes instituídos e a população, sempre se movimentando dentro dos limites constitucionais que tanto prezavam e, nem por isso, ocultavam suas identidades, inclusive e até mesmo porque a imprensa era o principal meio para burilar o capital social desses atores políticos.

Se partirmos da proposição acerca do conceito de cultura política (BERNSTEIN, 1998; MOTTA, 1996) e suas prerrogativas que entrelaçam um conjunto de valores, símbolos, atitudes, normas e linguagens que toma como objeto os fenômenos políticos, é possível pensar a partir dos recursos utilizados pelos periódicos mineiros, na configuração de uma “cultura política do anonimato”. As correspondências em si eram carregadas de simbologias e os “disfarces” constituíam uma prática política alternativa: escrever sem ser identificado!

Pautada na motivação de ver suas reflexões registradas e veiculadas em espaços reservados pelos redatores, não somente para dar eco a múltiplas vozes, mas, sobretudo, para estimular e assegurar as liberdades individuais entoadas por uma polifonia impressa e anônima.

Considerações finais

Ao utilizarem os seus pseudônimos, os correspondentes, que procediam de várias camadas sociais e profissão, deixavam

transparecer suas predileções políticas. Numa visão de conjunto, os anônimos mantinham as discussões semanais dos periódicos e podem ser entendidos como um dos elementos substanciais e estratégicos para a manutenção, circulação e venda dos periódicos. Acreditamos, assim como Robert Darnton (2010), que a leitura dos periódicos acaba por influenciar o autor, antes e depois de compor seu raciocínio, seja ele um correspondente ou o próprio redator. Dessa forma, acreditamos que os redatores também se disfarçavam e se metamorfoseavam, podendo “brincar” com o poder das letras a seu favor, utilizando o humor e a criatividade para variar seus disfarces, contribuindo, assim, para movimentar, dinamizar e alimentar os discursos impressos e simular debates nas páginas da imprensa mineira. Os atores citados e envolvidos na trama eleitoral disputavam o poder e se valiam do “typos” para desenvolverem uma linguagem ácida e combativa, que acabava por representar os seus interesses e configurar a presença de elementos capazes de serem pensados a partir de uma “cultura política do anonimato” inserida no discurso impresso mineiro.

Referências

ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. *O Universal*. 9 fev. 1829, p. 3.

ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. *O Universal*. 4 mar. 1829, p. 4.

ARQUIVO Público Mineiro. Sistema Integrado de Acesso. *O Universal*. 23 mar. 1829, p. 3.

BERNSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J.-F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 12 ago. 1828, p. 3.

BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 19 ago. 1828, p. 2

BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 21 ago. 1828, p. 2.

BIBLIOTECA Nacional. Seção de Obras Raras. *Astro de Minas*. 13 nov. 1828, p. 3.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, n. 18, p. 337-359, 1996.

CARVALHO, M. J. M. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Tempo*, v. 3, n. 6, p. 49-72, dez., 1998.

CONTIER, A. D. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822/1842*. Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, E. *A legislação eleitoral brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

GASPAR, T. de S. *Palavras no chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. 2008. 472f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

MOTTA, R. P. S. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, UFOP, n. 6, p. 83-91, 1996.

NEVES, L. M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OLIVEIRA, C. H. de S. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, n. 116, p. 55-65, 1984.

RIBEIRO, G. S. *Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

SILVA, A. R. C. da. (Re) inventando a monarquia: o modelo de estado dinástico na transição para a modernidade política mineira (1821-1831). In: GONÇALVES, A. L.; ARAÚJO, V. L. de. *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 71-94.

SILVA, R. F. Nas Minas...por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na província das Gerais (1823-1831). 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SLEMIAN, A. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre estado e sociedade no Brasil, 1822-1834. *Lócus: revista de História*, v.13, n. 1, p. 34-51, 2007.

TRINDADE, Z. A. Comunicação e socialização do conhecimento: o boato e a fofoca como objeto de estudo em representações sociais. In: **OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F.** *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 61-83

Public disguises and private enemies: the political culture of anonymity within the nineteenth century press from Minas (1823-1831)

Abstract

The rising of the Minas' press in the beginnings of the nineteenth century came from the initiative of politicians, intellectuals and rich traders who had taken the "words" as public-opinion mobilizing tools driven by their own interests. The journals became efficient ways of wide-spreading and forming ideas, projects and political rules, registering the "traces" that would guide the common practice in that historical moment press: the publication of pseudonymously signed letters. The anonymity became a strategy of putting forward opinions inasmuch it kept safe the true identity of who was writing to the journals, setting up a network of "crossing speeches" capable of feeding the day-by-day political debates. Therefore, it is notable the existence of discursive forming elements of a "political culture of anonymity", guided in the participation of many social actors in the Minas' public space.

Keywords: political culture, press, Minas Gerais